

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. "Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade", in: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 7-17.

## **Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade**

*Maria Luiza Heilborn e Elaine Reis Brandão*

O que as ciências sociais têm a dizer sobre a sexualidade? Seria esse tema mais bem tratado pelos saberes que giram em torno do psicológico? O que há de novo e como se configura o campo dos estudos sociológicos sobre sexualidade? O desafio deste livro consiste em responder a tais questões aos leitores, inserindo-os no centro do debate contemporâneo sobre a sexualidade.

Entre as ciências sociais, a sociologia e a antropologia têm investido de maneiras diferentes sobre o tema. A primeira tem contribuído com grandes inquéritos sobre o comportamento sexual da população, enquanto a segunda, em princípio, tem respondido pelas descrições detalhadas de valores e práticas de grupos sociais demarcados. A sexualidade não é um objeto de estudo novo ou estranho à tradição disciplinar antropológica. Ao contrário, existem etnografias clássicas que descrevem práticas sexuais de sociedades ditas primitivas, desde o início deste século<sup>1</sup>. Investigava-se a dimensão da sexualidade – bem como as relações de parentesco, o modo de produção e organização política, as formas de expressão religiosa, etc. – no esforço de conhecer as diferentes modalidades de organização social peculiares a cada grupamento humano. O olhar conferido a tal objeto, contudo, não o privilegiava como um campo de investigação autônomo, com estatuto próprio. Enquanto objeto de estudo, a sexualidade inseria-se no conjunto das regras que regulavam a reprodução biológica e social de uma dada comunidade.

A desvinculação de sexualidade e reprodução biológica da espécie, a partir do desenvolvimento dos métodos contraceptivos hormonais, nos anos 60, e o advento da epidemia de HIV/Aids, na década de 80, deram novo impulso às investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais ligados à sexualidade, constituindo-a como um campo de investigação em si, dotado de certa legitimidade. Tal particularidade só pode ser entendida no contexto da sociedade ocidental do final do século XX, que erigiu as questões afetas à intimidade, à vida privada, à sexualidade como centro da reflexão sobre a construção da pessoa moderna (Giddens, 1992). Assim, duas faces compõem a personagem do indivíduo moderno: uma delas refere-se à sua constituição como sujeito político, livre, autônomo, portador de direitos de cidadania (Dumont, 1993); a outra alude à sua fabricação subjetiva, por múltiplos dispositivos disciplinares, que tornam as experiências do gênero e da sexualidade centrais para a constituição das identidades. Ressalte-se que tal concepção de sujeito é

---

<sup>1</sup> Referimo-nos, em especial, aos trabalhos de Malinowski (1983, 1ª edição de 1929), Westermarck (1921, 1ª edição de 1891) e Mead (1928).

originária de uma determinada percepção cultural, temporal e historicamente marcada, que se espalha nas diferentes sociedades de modo também desigual.

Analisando-se a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que estes tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero. Na verdade, o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, cujo desenvolvimento está estreitamente ligado aos movimentos sociais, como o feminista e o de liberação homossexual. Tal vinculação aponta para uma das características mais marcantes das ciências sociais: o da sua porosidade em relação às questões que inflamam a vida social em um dado momento (Heilborn & Sorj, no prelo).

O olhar antropológico caracteriza-se, em particular, por tomar de maneira mais ou menos radical a afirmativa de que os temas a serem investigados fazem sentido somente a partir da teia de significados e relações sociais que os sustentam em um determinado contexto. Assim, o que é sexo para um certo grupo não é necessariamente para outro, e os nexos estabelecidos entre essa dimensão e as demais da vida social também variam. Os exemplos dessa não-univocidade do sentido do sexual são múltiplos (Gagnon & Simon, 1973; Herdt, 1981). Se essa é uma aposta antropológica mais ou menos consensual, é igualmente verdade que, para efeito de construção de um dado objeto ou de uma perspectiva, é necessário fixar um ponto arbitrário, onde paramos de inquirir e desconstruir nossas pressuposições para que a investigação possa prosseguir. Nesse sentido, adota-se sempre uma definição do que se está concebendo por atividade sexual, o que depende fortemente das perguntas e problemas que orientam a pesquisa. Ter claro as implicações dessas decisões – a um só tempo teóricas, metodológicas, políticas e determinadas pelas circunstâncias de financiamento – é condição importante para uma postura não-ingênua diante dos “dados”.

Talvez a sexualidade ainda encontre resistências ao seu desvelamento, em razão do lugar privilegiado que detém no cerne dos valores associados à intimidade da pessoa moderna. A permeabilidade das ciências sociais, em relação às tendências ideológicas que compõem o quadro societário, não apenas incentiva a proliferação dos estudos, mas, por vezes, os coloca sob questão. Trata-se, antes, de uma arena “simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais” (Vance, 1995: 15). As posições críticas em relação aos procedimentos de objetivação das práticas sexuais e dos valores a elas relacionados advogam que as pesquisas sociológicas sobre sexualidade, em verdade, seriam mais um dos dispositivos de incitação ao sexo, como afirmava Foucault (1993) sobre as características da modernidade. Ainda assim, este livro apresenta uma possibilidade concreta de que as práticas sexuais sejam objeto de estudo dessacralizado, como o são outros hábitos relativos ao corpo, como a alimentação e o esporte (Bozon & Leridon, 1995).

O debate teórico em torno da sexualidade tem sido marcado pelo enfrentamento entre duas posições: o *essencialismo* e o *construtivismo social*. Contudo, tal oposição não possui uma

distinção linear, travando-se em dois planos distintos: no primeiro há uma oposição simples entre as duas perspectivas. No segundo incluem-se variantes entre as diferentes modalidades de conceber o construtivismo social. A seguir são expostas algumas idéias implícitas no embate entre esses dois paradigmas, presentes nos estudos sobre sexualidade.

Nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, a serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que busca se extravasar.

O construtivismo social reúne abordagens que buscam problematizar a universalidade desse instinto sexual. O foco da argumentação é o de que existem formas culturalmente específicas, que o olhar ocidental chamaria de sexualidade, que envolvem contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva, que podem ter significados radicalmente distintos entre as culturas, ou mesmo entre grupos populacionais de uma determinada cultura. Portanto, os significados sexuais e, sobretudo, a própria noção de experiência ou comportamento sexual não seriam passíveis de generalização, dado que estão ancorados em teias de significados articuladas a outras modalidades de classificação, como o sistema de parentesco e de gênero, as classificações etárias, a estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza, etc.

Do ponto de vista das ciências sociais, torna-se imperativo identificar as articulações e nexos entre esses eixos de classificação social, na medida em que a sexualidade, como qualquer outro domínio da vida, depende de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros e cenários culturais para que a atividade sexual possa ser significada e exercida (Gagnon & Simon, 1973). Não há, assim, uma razão universal pairando sobre as condutas e muito menos sobre os significados do que seja sexual. O sexual não se restringe à dimensão reprodutiva, tampouco à psíquica, estando impregnado de convenções culturais acerca do que consistem a excitação e a satisfação eróticas, construtos simbólicos que modelam as próprias sensações físicas (Parker, 1994).

Os desdobramentos da postura construtivista podem ainda redundar em diferentes interpretações, segundo o grau de autonomia conferido à sexualidade em relação à reprodução. Desse modo há, internamente ao paradigma do construtivismo social, tensões não necessariamente explícitas que respondem por uma abordagem cultural mais moderada ou mais enfática. A antropóloga norte-americana Carole Vance (1995) propõe dois modelos para classificar o construtivismo social aplicado à sexualidade. O primeiro, denominado modelo de influência cultural, parte da premissa de que há uma partilha fundamental entre corpo e razão, na qual o corpo permanece como uma espécie de substrato ao qual a cultura se superpõe, alterando/modelando os comportamentos, as experiências e as significações relativas ao que chamamos de experiência sexual. Aceita-se que a sexualidade seja universal e biologicamente determinada, cabendo a cada sociedade conformar o impulso ou pulsão sexual.

O segundo modelo é mais enfático, postulando que o domínio do sexual, do erótico ou das sensações do corpo é puro efeito de construções culturais. Nesse sentido, é necessário identificar as mediações, os vínculos que, em cada momento histórico, definem o que seja sexual e de que modo tal significado se articula com as classificações de gênero, com a reprodução e com o sistema de parentesco. Não há, portanto, algo inerente à fisiologia ou à psique humanas que possa ser considerado um substrato universal sobre o qual a cultura opera, privilegiando-se o pressuposto da radical arbitrariedade do que venha a ser sexual.

Expressando as tendências contemporâneas de investigação socioantropológicas sobre a sexualidade, este livro traz ao público mais amplo as exposições e debates gerados no seminário *Sexualidade e Ciências Sociais: Perspectivas e Paradigmas no Fim do Milênio*, realizado em setembro de 1998 no Rio de Janeiro e organizado pelo Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde, do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Ford e Alliance Française/RJ. Como o próprio título do seminário sugere, há uma demarcação precisa do campo gerador das discussões. Contrapondo-se à perspectiva biomédica ou sexológica, a adoção da perspectiva antropológica ou sociológica para a análise da sexualidade suscita reflexões instigantes, sobretudo para o campo da saúde coletiva. Com o advento da Aids, os estudos biomédicos e epidemiológicos sobre a sexualidade intensificaram-se sobremaneira, restaurando tendências de mensuração e controle do comportamento sexual, tomado como um conjunto de atos e práticas isoladas de seu contexto cultural (Cf. Giami, 1994). Frequentemente, tais estudos adquirem um caráter assertivo e normativo quanto à conduta de indivíduos no que tange à prevenção de doenças. O esforço relativizador das ciências sociais busca, então, problematizar uma série de crenças arraigadas no senso comum ou entre especialistas, que reificam determinados comportamentos e identidades sexuais. Em geral, estes desconsideram o lento e complexo processo de aprendizagem sociocultural, permeado pelas marcas de gênero que modelam as representações e práticas no campo da sexualidade.

Ressalte-se que, mesmo delimitando o prisma das ciências sociais, em contraposição às ciências naturais, para inquirir a sexualidade, não há o intuito de homogeneizar as abordagens existentes. A heterogeneidade que se pode verificar nos diferentes artigos que compõem o livro é um sinal das acirradas controvérsias presentes na discussão interna ao próprio campo. A decisão de incluir os debates ocorridos no seminário, portanto, tem o objetivo de elucidar questões de ordem teórica e metodológica que permeiam as investigações apresentadas. Assim, a sua inclusão possibilita também aos leitores a oportunidade de apreciar e comparar perspectivas distintas de condução do trabalho de campo, bem como de superação dos impasses encontrados.

Como os textos demonstram, o esforço de aproximação e compreensão teórica das diferentes possibilidades de construção (e por vezes também de reificação) das trajetórias sexuais, individuais ou partilhadas por determinados grupos de pares, nos conduz a distintos

cenários culturais. Estes são permeados por formas de afeto (em suas variantes, incluindo o ideal do amor romântico), pela violência, por diferentes redes de sociabilidade, pelo lugar que a reprodução e a família ocupam no imaginário social e, fundamentalmente, pelo potencial de validação ou censura que o mundo social exerce sobre cada sujeito.

Um aspecto presente em todos os artigos aqui reunidos refere-se ao gênero como uma categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos, na medida em que as trajetórias masculinas e femininas são radicalmente distintas, não exatamente pelas diferenças estampadas em seus respectivos corpos, mas sobretudo em função da maneira como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são marcadas pelo gênero na tradição ocidental.

As tensões apontadas anteriormente atravessam a totalidade das contribuições que compõem esta coletânea. Os artigos da Parte I, **Sexualidade: Perspectivas de Análise em Antropologia**, suscitam diversas questões sobre o grau de autonomização da esfera da sexualidade (se absoluto ou relativo), sobre a que mecanismos culturais ela estaria subordinada (código do gênero, da sensibilidade), ou ainda sobre a hipótese de haver um patamar irreduzível expresso no corpo, na fisicalidade, na reprodução, que se contraporía à modelação cultural.

O artigo de Luiz Fernando Dias Duarte, intitulado *O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna*, examina as relações instituídas entre sexualidade e sensibilidade na construção da pessoa ocidental moderna, embora a crescente banalização dos termos *cultura ocidental* e *modernidade*, no sentido de terem adquirido um caráter universalizador, possa ameaçar a função de tê-los como parâmetros possíveis de contraste com outras configurações culturais. Ainda assim, é a perspectiva comparativa que orienta o ofício do antropólogo em seu contínuo esforço de relativização dos fatos e categorias sob exame. Mediante tal advertência, a abordagem do autor busca compreender a sexualidade na cultura ocidental moderna a partir de um universo maior de significação que engloba, de maneira articulada, fenômenos ligados à sensualidade e à sensibilidade.

Três aspectos estariam na raiz da construção histórica dos chamados “dispositivos de sexualidade”: a perfectibilidade, configurada pelo domínio da inteligibilidade e de uma perspectiva evolutiva racional; a preeminência da experiência, com o privilégio dos sentidos, dos sentimentos; e o fisicalismo, com ênfase na dimensão da corporalidade, em detrimento do espírito. A compreensão dos significados atribuídos contemporaneamente à sexualidade deve levar em conta um panorama no qual se confrontam duas lógicas antagônicas: o esforço de maximização da vida (aposta na longa duração) e a otimização do corpo como fonte de prazer (aposta na intensidade).

Maria Andréa Loyola, em *A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas*, acompanha a constituição histórica desse campo, através dos diferentes olhares pelos quais a sexualidade pode ser perscrutada pelas ciências sociais e humanas. Loyola propõe um novo

ângulo de leitura para a polêmica do construtivismo social. Para a autora existem duas perspectivas: uma mais autonomista e excessivamente culturalista, na qual o estatuto do corpo e da sexualidade adquire um caráter totalmente arbitrário, e outra mais relacional (menos atomizada), na qual se admite uma autonomia relativa da sexualidade, na medida em que se supõe, em algum nível, uma pregnância ou vínculo com os sistemas de gênero, a reprodução e a classe social.

Maria Luiza Heilborn, por sua vez, traz à luz, em *Construção de si, gênero e sexualidade*, os resultados da investigação desenvolvida com homens e mulheres de 20 a 45 anos, pertencentes a diferentes camadas sociais do Rio de Janeiro. Na reconstrução das carreiras afetivo-sexuais, a autora salienta que a experiência narrada da sexualidade possui uma marca de gênero fundamental, consubstanciada em duas formas: a primeira, em uma oposição estruturante no universo cultural brasileiro entre a iniciativa masculina e a ausência desta entre as mulheres. A representação do homem como sexualmente ativo, permanentemente desejoso de sexo, é compartilhada por todos os segmentos sociais. A segunda modalidade assinala a atividade sexual masculina como um rito de passagem importante para a constituição da virilidade. O sexo dissociado da experiência afetiva aparece como um aprendizado técnico para os homens. Na perspectiva feminina, a primeira experimentação reveste-se sobretudo pela expectativa do estabelecimento de um vínculo amoroso. Tal modulação do gênero inscreve-se no modo como homens e mulheres constituem a própria subjetividade.

Na Parte II, **Sexualidade e Juventude**, são apresentadas três investigações dedicadas a cotejar a experiência da sexualidade com a perspectiva de gênero e de geração. Trata-se de uma perspectiva de estudo na qual a etapa da juventude adquire especial relevância no estabelecimento de roteiros biográficos, por abrigar o momento da iniciação sexual e amorosa com um(a) parceiro(a) e de experimentação do repertório de práticas sexuais<sup>2</sup>. Sob tal ótica, a juventude é privilegiada como momento de análise por condensar a experiência da sexualidade com um outro, instaurando modos particulares de entrada na vida sexual e conjugal. A despeito das especificidades de cada artigo, advindas de investigações em contextos sociais díspares, bem como da adoção de metodologias diferenciadas, é razoável assinalar o quão imbricadas estão as trajetórias de gênero com o processo de iniciação sexual na juventude.

O artigo da socióloga francesa Brigitte Lhomond, *Sexualidade e juventude na França*, sobre o comportamento sexual de jovens entre 15 e 18 anos, identifica uma aproximação entre os calendários e práticas sexuais masculinas e femininas, ao contrário do contexto brasileiro, onde uma marcante assimetria de gênero produz trajetórias sexuais e afetivas muito díspares. No entanto, a autora destaca, entre os jovens franceses, expressivas divergências no que

---

<sup>2</sup> Um exemplo dessa tendência nos estudos acadêmicos da área é o que o sociólogo francês Michel Bozon chama de “construção biográfica das orientações íntimas”, na qual a sexualidade

concerne às expectativas, representações e estruturação tanto do núcleo de amigas quanto das relações com os parceiros sexuais. Na pesquisa mencionada, a compreensão do que seja atividade/relação sexual ou amorosa foi alargada, permitindo incorporar diferentes percepções juvenis sobre atos e práticas vinculadas à experiência da sexualidade.

O trabalho da antropóloga Ondina Fachel Leal, em co-autoria com Jandyra M. G. Fachel, *Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais*, apresenta uma proposta metodológica original, que busca combinar procedimentos qualitativos de investigação com técnicas estatísticas na área da saúde reprodutiva. Com o intuito de superar os limites do método etnográfico, clássico na antropologia, as autoras buscam responder às questões de representatividade e possibilidade de generalização dos resultados encontrados. São apontadas duas modalidades de iniciação sexual heterossexual, masculinas e femininas, designadas como “igualitárias” – caracterizadas pela proximidade etária entre os parceiros, pela inexistência de um diferencial expressivo entre experiência sexual e amorosa anterior entre rapazes e moças e envolvimento afetivo entre o casal – e “violentas”, configuradas pela presença de relações sexuais forçadas, tanto entre moças quanto entre rapazes. No que tange às práticas abortivas, que costumam ser percebidas como tentativas de regularização do ciclo menstrual, Leal e Fachel destacam o quanto a gravidez, freqüentemente não planejada, é valorizada pela juventude oriunda das camadas populares.

Simone Monteiro, em *Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca*, analisa as trajetórias e as experiências sociais de gênero e sexualidade de rapazes e moças, moradores de Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Trata-se de um universo atravessado pelo comércio ilegal de drogas, que erige os traços masculinos relacionados à virilidade e à violência como símbolos de prestígio social. Em tal contexto, Monteiro problematiza a persistência de estruturas tradicionais, relacionadas aos padrões de organização familiar, aos papéis de gênero, às expectativas para a vida adulta, bem como a ausência de relatos sobre práticas homoeróticas. Assinala ainda que a concepção de relação sexual é subsumida à de sexo vaginal com penetração, aspecto assinalado também por Leal e Fachel no contexto sulista.

Uma tensão perpassa o artigo de Monteiro, antecipando algumas das preocupações presentes nos dois últimos textos da coletânea, reunidos na Parte III, **Sexualidade e HIV**<sup>3</sup>. Trata-se de uma crítica às propostas de prevenção no campo da saúde, centradas no enfoque da responsabilidade individual e na adoção de uma atitude racional diante dos riscos do HIV ou da gravidez. Geralmente, as recomendações prescritas nas campanhas de esclarecimento público, veiculadas pela mídia, desconsideram diferenças culturais que singularizam determinados grupos populacionais, não obtendo, assim, os efeitos esperados no tocante à alteração de padrões de conduta. A questão de como intervir para alterar comportamentos

---

adquire papel decisivo (Bozon, 1997 e 1998; Bozon & Heilborn, 1996).

<sup>3</sup> A exposição de Eduardo Goldstein, *Efeitos do entrevistador em um estudo quantitativo sobre comportamento sexual e prevenção de Aids no Chile*, realizada no seminário, não pôde ser incorporada à coletânea, na forma de artigo, por motivos alheios à nossa vontade.

atormenta muitos pesquisadores, profissionais e militantes que atuam no campo da sexualidade com vistas à prevenção do HIV. Grande parte daqueles que trabalham com Aids tem constatado que o simples acesso às informações não garante a adoção de estratégias de autoproteção. Inúmeros fatores concorrem para a estruturação das relações afetivas e/ou sexuais, a exemplo da assimetria nas relações de gênero, confiança no(a) parceiro(a), vínculo social e/ou amoroso. Estratégias coletivas, comunitárias ou de grupos de pares têm sido cogitadas para contrapor-se aos modelos centrados na ação individual. Busca-se, desse modo, a contextualização socioeconômica e cultural das variáveis que concorrem para a não-predisposição dos sujeitos à adesão às práticas sexuais mais seguras. *Grosso modo*, o que se discute está relacionado ao fato de saber em que medida a esfera da sexualidade é passível de controle racional e metódico pelos sujeitos.

Regina Ferro do Lago, em *Bissexualidade masculina: uma identidade negociada?*, aborda a construção de identidade sexual em uma população masculina que se autodenomina bissexual. A autora desconstrói a imagem marginal tipicamente atribuída ao homem bissexual como promíscuo, irresponsável, propagador do HIV entre as mulheres e avesso à militância “politicamente correta”. A lógica de construção dessa identidade sexual implica o fato de ela não poder tornar-se pública. Ampliando a escassa bibliografia existente sobre o tema, esse trabalho permite problematizar a relação direta entre as categorias de identidade sexual e os comportamentos e práticas adotados, desvelando as lógicas sociais que dão suporte à “escolha” de uma identidade bissexual.

Finalmente, o artigo do uruguaio Juan José Meré Rouco, *Sexualidade e mudanças de comportamentos: uma estratégia lúdica de prevenção da Aids*, apresenta uma proposta de intervenção pedagógica que procura aliar uma estratégia lúdica ao processo de disseminação de informações necessárias à prevenção da transmissão sexual da Aids. Partindo de uma revisão do pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, do aporte do educador Paulo Freire e das teorias sobre grupos operativos de Pichón Rivière, o autor discute as inquietações dos profissionais e educadores em saúde, advindas da tarefa de “inculcação” de novos comportamentos e práticas nos indivíduos. Questionando os tradicionais modelos de educação em saúde, o autor critica o modelo da ação racional, no qual o sujeito da prática educativa se vê alienado de seu contexto cultural, de sua trajetória pessoal, rede de significados e relações sociais, para aderir a um processo lógico que o afaste do risco. Em suma, ambos os artigos dessa seção apontam para a distância existente entre o imaginário social sobre a sexualidade e as práticas sexuais que efetivamente acontecem entre as parcerias.

Certamente, ***Sexualidade: o olhar das ciências sociais*** interessa àqueles que têm o campo da sexualidade como objeto de estudo ou trabalho, mesmo possuindo inserções institucionais distintas, seja no espaço acadêmico das universidades ou centros de pesquisa, seja na intervenção social, mediante a atuação em ONGs e serviços de saúde. A coletânea oferece informações advindas tanto de etnografias realizadas por alguns dos autores aqui



reunidos, quanto de pesquisas quantitativas levadas a cabo no Brasil e na França e de atividades educativas efetivadas no âmbito da saúde. Acreditamos que essa seja a contribuição singular desta obra, na medida em que combina abordagens etnográficas com quadros mais genéricos, construídos a partir de amplos inquéritos populacionais.

**Maria Luiza Heilborn**, doutora em antropologia, é professora-adjunta do Instituto de Medicina Social/UERJ e coordenadora do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde.

**Elaine Reis Brandão** é professora-assistente da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), doutoranda do Instituto de Medicina Social/UERJ e bolsista da Fundação MacArthur.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais são dirigidos à Fundação Ford, cujo apoio ao Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde, do IMS/UERJ, tem possibilitado a consolidação e divulgação de conhecimento no âmbito dos estudos sobre sexualidade; à Alliance Française do Rio de Janeiro; e ao Instituto de Investigación y Desarrollo, do Uruguai, por meio de Juan José Meré Rouco, que, de diferentes formas, contribuíram para a realização do seminário.

Os professores do IMS/UERJ, Jane Russo e Sérgio Carrara, além de Ondina F. Leal, coordenadores dos debates do seminário; Anna Paula Uziel, co-organizadora do evento e imprescindível colaboradora na edição desta obra; Wilma Ferraz, secretária do Programa; e Ivia Maksud são também merecedores de gratidão. Aos colegas que participaram do seminário e elaboraram os artigos, o sincero reconhecimento.

Não se poderia, ainda, deixar de mencionar o permanente apoio de Richard Parker (IMS/UERJ) e Regina M. Barbosa (Núcleo de Estudos de População/Unicamp), antecessores na coordenação do Programa e figuras sempre presentes nesse campo de discussão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOZON, M. (1997) *Le Lieu de la Sexualité. La Construction Biographique des Orientations Intimes*. Comunicação apresentada no Seminário Temático Sexualidade e Subjetividade, ANPOCS, outubro, Caxambu, MG.
- \_\_\_\_\_. (1998) "Demografia e sexualidade". In: LOYOLA, M. A. (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro, Eduerj, pp. 227-251.
- BOZON, M. & HEILBORN, M. L. (1996) "Les caresses et les mots. Initiations amoureuses à Rio de Janeiro et à Paris". *Terrain*, nº 27, setembro, pp. 37-58.

- BOZON, M. & LERIDON, H. (1995) "Les constructions sociales de la sexualité". In: BOZON, M. & LERIDON, H. (coord.) *Sexualité et sciences sociales. Population*, n° 5, setembro/outubro, pp. 1173-1195. Paris, INED: PUF.
- DUMONT, L. (1993) *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- FOUCAULT, M. (1993) *História da sexualidade I. A vontade de saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Graal.
- GAGNON, J. & SIMON, W. (1973) *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago, Aldine.
- GIAMI, A. (1994) "De Kinsey à Aids: a evolução da construção do comportamento sexual em pesquisas quantitativas". In: LOYOLA, M. A. (org.) *Aids e sexualidade. O ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, pp. 209-240.
- GIDDENS, A. (1992) *A transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, UNESP.
- HEILBORN, M. L. & SORJ, B. (no prelo) "Estudos de gênero no Brasil: 1975-1995". In: MICELI, S. (org.) *As ciências sociais no Brasil*. São Paulo, ANPOCS.
- HERDT, G. (1981) *The guardians of the flutes: idioms of masculinity*. Nova York, McGraw Hill.
- MALINOWSKI, B. (1983) *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves (1ª ed. 1929).
- MEAD, M. (1928) *Coming of age in Samoa. A sociological study of primitive society of western civilization*. Nova York, William Morrow.
- PARKER, R. G. (1994) "Diversidade sexual, análise sexual e educação sobre Aids no Brasil". In: LOYOLA, M. A. (org.) *Aids e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, pp. 141-159.
- VANCE, C. S. (1995) "A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico". *Physis. Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 5, n° 1, pp. 7-31. IMS/UERJ: Relume-Dumará.
- WESTERMARCK, E. (1921) *The history of human marriage*. Londres, MacMillan (1ª ed. 1891).